

O ZIGUEZAGUE ARQUEOTELEOLÓGICO: SOBRE A RELAÇÃO ENTRE OS MÉTODOS ESTÁTICO E GENÉTICO EM HUSSERL

Thiago Pignata Carezzato
Universidade de São Paulo (USP)

*“Aqui e Além – que o duplo jogo
sem distinção te assalte. Aliás distingues
o branco da candura da túnica que cinges.”*
(Rainer Maria Rilke)

INTRODUÇÃO

Em seus cursos do início da década de 20, Husserl passa a trabalhar com uma metodologia diferente daquela que guiara suas investigações de até então. Trata-se do método genético, que possui sua especificidade em contraste com o método estático, utilizado, por exemplo, em *Ideias I*. Esta obra nos interessa na medida em que, além de nos servir de exemplar estático, anuncia pela primeira vez ao grande público a fenomenologia como fenomenologia transcendental¹, ou seja, como uma ciência de orientação filosófica que se pergunta pelas condições de possibilidade da objetividade,

¹ Ainda que já em 1907, Husserl apresente a fenomenologia como transcendental no curso *A Ideia da Fenomenologia*. Cf. Bibliografia.

pelos problemas da constituição. Isso nos importará para mostrar que é o ponto de vista transcendental que poderá abrir a possibilidade de uma fenomenologia verdadeiramente genética.

Entretanto, o desvelamento de uma constituição genética – não mais se restringindo às condições de doação de sentido num plano meramente estático, mas partindo para a análise da constituição das unidades objetivas e do próprio polo constituinte como vindo a ser na temporalidade – começa a suscitar algumas dificuldades em relação à constituição estática.

Qual deve ser a relação entre a constituição estática e a constituição genética? Se é tarefa de uma investigação constitutiva o esclarecimento do “como é possível” da objetividade, deve-se então chegar, no limite, ao fundamento último dessa objetividade. Pois então, esse fundamento último deve ser representado por uma subjetividade absolutamente constituinte ou por um retorno às fases anteriores da constituição temporal, chegando-se a uma esfera exterior à própria esfera da atividade subjetiva? Haveria aqui alguma soberania de um fundamento em relação ao outro? Qual é a via metodológica encarregada de buscar o fundamento verdadeiramente último, a via estática ou a via genética?²

Defenderemos, contudo, que não há conflito entre esses dois métodos. Sobretudo porque essa suposta batalha pelo fundamento último repousa sobre uma desatenção ao jogo sempre presente na obra husserliana entre *arhé* e *telos*. Queremos mostrar que a indecisão a respeito do fundamento

² Mesmo que o presente artigo se concentre nos dois modelos mais conhecidos, uma abordagem mais completa sobre a metodologia husserliana deveria ainda levar em conta o método generativo desenvolvido por Husserl principalmente a partir dos anos 30 que, tematizando fenômenos que são históricos-antropológicos, culturais, intersubjetivos, normativos, etc, tornaria mais complexa a problemática que pretendemos levantar. Cf. Steinbock, A. “Generativity and the Scope of Generative Phenomenology,”. In: *The New Husserl: A Critical Reader*, ed. Donn Welton (Bloomington: Indiana University Press, 2003), 289-325.

último não é fortuita, mas que tem sua razão de ser calcada na equívocidade do conceito de fundamento referente à dupla metodologia. Essa ambiguidade do fundamento – esperamos mostrar – é irreduzível e aquele que quiser enfrentar os problemas da fenomenologia da constituição deverá operar num “zigzague” (Zickzack) metodológico solidário que, ao mesmo tempo em que segue direções opostas, rumo ou ao acabado ou ao originário, é constantemente arremessado à direção inversa por seus próprios resultados.

Para isso realizaremos nossa exposição em quatro passos. Começaremos discutindo a dupla caracterização da fenomenologia em *Ideias I* como fenomenologia eidética-descritiva e fenomenologia transcendental. Assinalaremos, já aí, que há uma solidariedade entre os dois métodos e nos deteremos principalmente na fenomenologia transcendental, já que sua orientação filosófica que busca a possibilidade do conhecimento, é aquilo que nos permitirá efetuar o próximo passo rumo à fenomenologia genética. Com efeito, nesse segundo momento realizaremos a passagem do método estático ao genético, mostrando a dependência deste último em relação à via estática, quanto à abertura de sua problemática. Ao mesmo tempo, discutiremos a especificidade da fenomenologia da gênese, no que diz respeito ao problema da constituição, que deixará de concernir apenas à correlação sincrônica noético-noemática, para mergulhar na autoconstituição temporal-imanente da própria subjetividade enquanto mônada (Monad). Assim, passaremos a uma discussão do conceito de mônada, a qual nos levará a possíveis objeções quanto à possibilidade de uma fenomenologia genética. Tentaremos na medida do possível sanar essas objeções, de modo que nos seja colocado uma nova problemática que discutiremos na seção seguinte. Na terceira parte de nossa exposição discutiremos o problema da passividade (da passividade originária (Urpassivität), sobretudo). Privilegiaremos na discussão, principalmente o sentido das considerações acerca da esfera passiva, bem

como sua relação com a atividade subjetiva. Veremos como Husserl terá que escapar tanto da solução de ordem *humeana*, quanto daquela com ares de Kant. Sua solução, no entanto, podendo dar a impressão de um conflito pelo fundamento último entre a passividade originária e a atividade subjetiva, nos colocará o problema da ambiguidade do fundamento, que por nós será defendido no restante da seção. Finalmente, na parte final, concluiremos fazendo ainda algumas considerações sobre a metodologia husserliana e seu caráter circular, levando o fenomenólogo a ter que “ziguezaguar” numa direção arqueoteleológica ambivalente.

FENOMENOLOGIA EIDÉTICO-DESCRITIVA E FENOMENOLOGIA TRANSCENDENTAL

Tendo como finalidade a investigação da problemática metodológica na obra de Husserl, convém partir do ponto no qual o método fenomenológico começa a ganhar dimensões distintas. A separação de tarefas que seriam perseguidas por métodos diferentes aparece pela primeira vez, ao menos formulada claramente, em *Ideias I*.

Como se sabe, a distinção mais geral que guia essa obra se dá entre ciências de orientação dogmática e ciências de orientação filosófica. Husserl assim as define:

De um lado estão as ciências de orientação dogmática, voltadas para as coisas, sem nenhuma preocupação com qualquer problemática epistemológica ou cética [...]. Do outro lado, estão as investigações científicas da orientação epistemológica, especificamente filosófica, que se ocupam dos problemas céticos da possibilidade do conhecimento. (HUSSERL, 2006, p. 72).

Ora, se é assim, em qual lado encaixar a fenomenologia, enquanto uma “ciência dos fenômenos”? Parece-nos que aqui ocorre pela primeira vez uma bifurcação metodológica, pois, por um lado cabe à fenomenologia:

Pôr diante dos olhos, exemplarmente, puros eventos da consciência, tem de trazê-los à clareza mais completa, para, dentro dessa clareza, analisá-los e apreender intuitivamente a sua essência, tem de perseguir os nexos eidéticos evidentes, formular o intuído em expressões conceituais fiéis, cujo sentido só pode ser prescrito por aquilo que foi intuído ou foi visto com evidência em sua generalidade (HUSSERL, 2006, p. 146).

Assim, a fenomenologia é uma ciência que opera com fenômenos factuais e singulares enquanto exemplares dados em sua multiplicidade, através dos quais é possível, por ideação, intuir suas essências puras. Essas unidades ideais, sendo intuitivamente evidentes em sua generalidade, poderiam ser fixadas conceitualmente, a fim de elucidar as estruturas dos vividos. Aqui a região da consciência é caracterizada como uma região ontológica de investigação específica dentre outras.

Vemos que nessa ciência eidético-descritiva dos vividos não se trata de se perguntar pelas condições de possibilidade da doação das objetividades enquanto tais, no caso, os vividos. Pretende-se apenas descrever suas estruturas, classificá-los em domínios, fixá-los conceitualmente; e tudo isso, na medida em que se trata dos vividos eideticamente reduzidos, plenamente realizados em sua essência, em seu *telos* acabado.

Por outro lado, a fenomenologia é caracterizada como transcendental. Ora, se é fenomenologia, se trata ainda de uma ciência dos fenômenos, portanto, o objeto é o mesmo da fenomenologia descritiva, o vivido da consciência. No entanto, não interessam os vividos enquanto exemplares singulares para uma intuição de essência possível, mas dos vividos enquanto “unidades de sentido, quer dizer, unidades do ‘sentido’, referidas a certos nexos da consciência pura, absoluta, que dão sentido e atestam a validade dele”

(HUSSERL, 2006, p. 229). A ênfase é deslocada da objetividade dada em sua realização ideal e constituída para a sua referência à subjetividade transcendental que a constitui. Aquilo que é deslocado, na verdade, é a consciência, que não é mais uma região ontológica dentre outras, mas polo central que dá o sentido de ser de toda região ontológica. A fenomenologia transcendental, na distinção que mencionamos atrás, é a ciência filosófica por excelência, é a única capaz de se enveredar pelas questões epistemológicas da possibilidade do conhecimento, na medida em que é da consciência constituinte que emana toda a determinação do sentido de todo o ser objetivo.

Devemos notar que, se é verdade que a fenomenologia descritiva e a fenomenologia transcendental possuem orientações notavelmente distintas, também o é que os métodos são porosos entre si. A começar pelo fato de que a análise eidética da consciência através da intuição de essências é fundamental para o desvelamento da problemática transcendental.

Em sua orientação puramente eidética, que põe todo tipo de transcendência “fora de circuito”, a fenomenologia chega, em seu próprio solo de consciência pura, a todo esse complexo de problemas transcendentais no sentido específico e merece, por isso, o nome de fenomenologia transcendental (HUSSERL, 2006, p. 199).

A fenomenologia descritiva em sua problemática puramente eidética deve em seu próprio solo, pelo qual apresenta os vividos “como vividos intencionais e, puramente por sua essência eidética, como consciência de” (HUSSERL, 2006, p. 199), chegar ao solo transcendental. Isso porque ao caracterizar a essência do vivido como intencional, o método eidético-descritivo acaba por confessar a absoluta dependência de todo domínio ontológico ao polo constituinte da consciência. E assim também o será

inversamente. Tanto quanto a fenomenologia eidética é imprescindível para a manifestação da subjetividade transcendental constituinte, esta também o será para a pretensão da fenomenologia eidética em ter acesso às essências dos fenômenos em evidência intuitiva absoluta. Essa é a grande aposta da problemática da constituição. A investigação que Husserl caracteriza como de orientação filosófica tem por objetivo esclarecer a problema da possibilidade do conhecimento; e isso não por um fetiche fundamentacionista, mas por uma confiança de que a investigação da possibilidade da constituição objetiva poderá esclarecer aquilo que aparece como constituído na consciência atual e facilitar o acesso intuitivo à sua essência. No caso de *Ideias I*, é preciso investigar “como unidades objetivas de cada região e categoria se constituem para a consciência” (HUSSERL, 2006, p. 198), a fim de revelar o sentido último dessas unidades, que, em última instância, remetem à subjetividade transcendental.

O que nos importa é evidenciar que já há aqui uma solidariedade metodológica entre a fenomenologia eidética-descritiva, que realiza a constituição da objetividade no seu limite ideal, e a fenomenologia transcendental, que se volta para a possibilidade de todas as constituições objetivas retornando à fonte legitimadora última da subjetividade pura. Husserl já opera em *Ideias I* um jogo metodológico ambivalente que, partindo da consciência atual, antecipa teleologicamente o constituído acabado e retorna aos fundamentos últimos da subjetividade constituinte.

As relações entre essas duas direções fenomenológicas deverão ainda ser aprofundadas em nossa exposição. Mas, por ora, retornemos ao problema da fenomenologia transcendental, pois, tal como a fenomenologia descritiva representou uma via de abertura para os problemas transcendentais, a fenomenologia da constituição abrirá uma problemática com a qual Husserl

passará a se preocupar a partir de 1919/20, a saber, a da fenomenologia genética.³

MÉTODO ESTÁTICO E MÉTODO GENÉTICO

Vimos que em *Ideias I* o plano de investigação se dava entre o polo das objetividades constituídas e o polo da subjetividade constituinte transcendental, este último sendo o centro irradiador de toda a doação de sentido. Entretanto, nessa dimensão intencional, a relação entre ato doador e unidade objetiva se dá de modo absolutamente sincrônico, ou melhor, a constituição objetiva se dá em um mundo já instaurado. É verdade que, como alguém poderia objetar, a subjetividade transcendental é considerada como constituidora desse mundo, é ela que efetua a doação de sentido do mundo e, portanto, a fenomenologia transcendental, tal como ela nos é apresentada em *Ideias I*, já não permaneceria inteiramente num plano estático. Contudo, isso nos parece indefensável, pois o polo constituinte é ele mesmo já constituído. A subjetividade transcendental é o termo absoluto da constituição, sendo praticamente um ponto lógico sem qualquer densidade, “é eu puro e nada mais” (HUSSERL, 2006, p. 183). E tudo isso quando, em realidade, Husserl admite:

O “absoluto transcendental”, que nos preparamos por meio das reduções, não é, na verdade, o termo último, ele é algo que se constitui a si mesmo, em certo sentido profundo e

³ Husserl não é o primeiro a fazer a distinção entre um plano estático e genético. A diferenciação se encontra em termos parecidos em Dilthey e sua oposição entre psicologia descritiva e explicativa (Husserl ele mesmo chega a chamar a via genética de fenomenologia explicativa). No plano de fundo desses conceitos, se encontra também Brentano, que já delimitava sua psicologia descritiva frente à psicologia genética e fisiológica. Cf. STEINBOCK, A. “Translator’s introduction”. In: HUSSERL, E. *Analyses Concerning Passive and Active Synthesis: Lectures on transcendental logic*. Netherlands: Springer, 2001.

inteiramente próprio, e que tem suas fontes originais num absoluto último e verdadeiro (HUSSERL, 2006, p. 185).

Deixemos de lado considerações mais minuciosas a respeito do “absoluto último e verdadeiro” que é a consciência originária do tempo, para nos fixarmos no seguinte: A subjetividade, ela mesma, é algo que se constitui na temporalidade. Husserl já tinha mais ou menos em mente em *Ideias I* o caráter de abstração metodológica da consideração da subjetividade transcendental como um ponto meramente funcional e vazio. A partir da década de 20, Husserl passará, então, a tratar a subjetividade de uma forma mais concreta, caracterizando-a como mônada. Somente a partir desse espessamento da consciência poderá ser a fenomenologia lançada na problemática genética. “Tratar da constituição não é tratar da gênese, a qual é precisamente a gênese da constituição e opera como gênese em uma mônada” (HUSSERL, 1998, p. 149, trad. nossa).

Portanto, a própria fenomenologia da constituição pode ser lavada a cabo de um ponto de vista estático ou genético, que não se confundem, muito embora compartilhem do problema de saber como é possível o conhecimento objetivo. Pode-se, inclusive, ver o método genético como uma radicalização do estático, na medida em que não basta mais buscar a fundamentação objetiva na camada atual da correlação noética-noemática, será preciso agora mergulhar na possibilidade da constituição da subjetividade transcendental ela mesma, o que no limite implicará investigar camadas não dadas à consciência atual.

Mas como é possível uma análise fenomenológica de algo que não é presente?⁴ Isso poderia até mesmo soar um disparate, afinal, parece

⁴ Esse é um problema central da fenomenologia husserliana e aqui não damos senão uma solução provisória. Em verdade, acreditamos que um estudo que pretenda dar conta da questão deveria analisar a teoria husserliana das presentificações intuitivas, tais como as da fantasia e da rememoração, que são caracterizadas justamente pelo reenvio de um objeto ausente à intuição atual. Cf. BERNET, R. “La présence du passé dans l’analyse husserlienne de la conscience du temps”. In: *Revue de métaphysique et de morale*, 2, 1983, p. 178-198.

um completo contrassenso falar de uma fenomenologia, isto é, de uma ciência daquilo que aparece na consciência, e que tem por objetivo investigar geneticamente aquilo que não está dado à consciência, que não mais aparece. De fato, se não se compreende bem aquilo que caracteriza a fenomenologia genética, o estranhamento é inteiramente legítimo.

Ora, para desfazer esse paradoxo, retomemos o conceito de mônada, que é o único elemento genético que até agora dispomos.

A mônada é um 'simples' ser indivisível: isto é, aquilo que é enquanto continuamente vindo a ser no tempo e tudo aquilo que a ela pertence, o é em algum lugar desse ser contínuo, e tem seu ser como totalidade temporal nesse imanente tempo preenchido e não é nada por si mesmo, na medida em que essa totalidade é contínua e relacionada a um e mesmo polo-egóico idêntico. (HUSSERL, 1998, p. 144/145, trad. nossa).

A mônada é uma unidade indivisível considerada em seu constante devir. Melhor dizendo, ela é o polo egóico enquanto fluxo imanente-temporal que unifica todas as fases da constituição universal enquanto pertencentes a um mesmo fluxo de tempo. Não há cortes ou saltos entre os diversos momentos deste fluxo, precisamente porque é um fluxo contínuo, no qual a consciência presente também está inserida. “Sob a rubrica ‘mônada’ temos tido em mente a unidade do seu vir-a-ser vivido, de sua história. Mas ela também tem seu presente vivido e veio a ser nesse presente, e continua diretamente nesse tornar-se” (HUSSERL, 1998, p. 145, trad. nossa). Não existe nenhum fosso entre a consciência presente e suas fases anteriores, na medida em que é a mesma e única unidade de devir da subjetividade que refere todas as fases ao todo de seu fluxo temporal imanente. Assim, a consciência presente não é senão resultado de sua autoconstituição no tempo, possuindo em si uma “história sedimentada” [sedimentierte Geschichte] (HUSSERL, 1998, p. 145, trad. nossa).

Tendo isso em conta, podemos tirar duas consequências. Primeiramente, podemos entender a passagem de Husserl à fenomenologia genética em sua absoluta necessidade. Como vimos, o método estático, seja eidético-descritivo seja transcendental, parte de um mundo já constituído. Tanto a subjetividade transcendental quanto as unidades objetivas passíveis de ideação estão aí disponíveis para o fenomenólogo que efetue as reduções correspondentes. No entanto, quando a própria subjetividade constituinte passa a ser considerada no seu devir temporal, como tendo sedimentos não imediatamente acessíveis ou como tendo um estilo habitual, o fenomenólogo não pode mais seguir suas investigações estáticas tranquilamente. Haverá sempre o risco de tomar como verdadeiro, prejuízos sedimentados pela tradição, ou então negligenciar elementos que, embora não apareçam imediatamente à subjetividade, são fundamentais para o pleno esclarecimento do sentido da objetividade constituída. Portanto, se a fenomenologia quiser realmente enveredar-se na problemática da constituição e arregar a si o cunho de ciência filosófica, ela terá que admitir a insuficiência de suas análises estáticas para tal, e partir para uma análise genética que regresse às camadas inferiores da autoconstituição temporal-imanente do sujeito transcendental.

Disso nos aparece uma segunda consequência que é ao mesmo tempo a dissolução do paradoxo por nós levantado acima. Que seja necessário retomar fases anteriores da constituição monádica, já não nos restam dúvidas. Resta-nos agora decidir sobre a possibilidade de tal questionar-em-retorno (Rückfragen), pois não é tão óbvio que a fenomenologia possa dar conta de fenômenos não mais dados imediatamente à consciência presente. Todavia, uma vez explicitada a natureza da mônada, o embaraço se resolve facilmente, já que a formulação do problema possui um pressuposto não mais aceitável. Quando se denuncia o contrassenso de uma ciência do que

aparece na consciência que queira investigar àquilo que não mais está dado a consciência, é pressuposto que este não-mais-dado seja algo absolutamente exterior ao dado imediato da consciência. A relação, por exemplo, entre consciência presente e as fases passadas que a constituem, segundo essa visão, é a de um isolamento do ponto constituído quanto ao seu contínuo fluxo constituinte. O fluxo contínuo da constituição seria absolutamente outro em relação ao ponto atual constituído. Daí a impossibilidade – a partir desse ponto de vista, que é o estático – de se ter acesso às camadas não mais presentes, precisamente, porque o constituído presente é abstraído de sua constituição temporal, o que faz com que as fases anteriores que possibilitam o momento presente sejam excluídas. Entretanto, do ponto de vista genético, faz todo o sentido retornar às fases anteriores da constituição, como a análise husserliana da mônada nos mostrou. Isso porque a mônada no seu devir constitutivo elimina o abismo entre os momentos presentes e passados, reconciliando-os na unidade do fluxo temporal. De onde se legitima a investigação regressiva que, a partir do dado atual constituído, retorna às camadas inferiores que tornaram possível a objetividade constituída atualmente enquanto tal.

Pontuada a legitimidade de uma análise genética que regrida às camadas mais primitivas da subjetividade, de atos em atos, é esperado que se chegue em algum lugar. Mas para onde exatamente essa análise regressiva nos leva? Retornando de atos posteriores à atos anteriores, não somos conduzidos, finalmente, a camadas anteriores a qualquer atividade? A fenomenologia genética da constituição, querendo-se de orientação filosófica, não deve se perguntar pela possibilidade da atividade subjetiva em geral?

A PASSIVIDADE ORIGINÁRIA E O CONFLITO DOS FUNDAMENTOS

Compreende-se então o motivo pelo qual, no momento em que Husserl passa a considerar os problemas da constituição sob o ponto de vista genético, a passividade ganha um lugar central nas investigações fenomenológicas.

Assim, cada atividade é motivada, e nós possuímos uma gênese pura na esfera dos atos enquanto gênese pura de ato sob a seguinte forma: efetuando o ato, eu sou determinado pelo fato que eu efetuei outros atos. Além disso, nós possuímos atos motivados por afecções e em relação genética com a esfera exterior à atividade. Possuímos, por fim, a gênese na esfera da passividade pura. (HUSSERL, 1998, p. 139, trad. nossa).

Se a possibilidade de uma análise regressiva já suscitou certo assombro, a possibilidade de se investigar a esfera da pura passividade poderia representar um verdadeiro delírio para o fenomenólogo estático. É preciso que aqui, para não nos repetirmos, façamos uma distinção. Nas considerações precedentes, nós já estávamos tratando do tema da passividade quando falávamos da “história sedimentada” da consciência, do não-mais-dado à consciência presente, etc. Essa problemática já se insere no tema da passividade; as leis do obscurecimento afetivo, a sedimentação das unidades de sentido, a questão do erro, fazem todas parte da esfera da passividade secundária, isto é, da esfera daquilo que alguma vez passou pela atividade do sujeito e que torna-se não-mais-dado, escondido, passivo. Contudo, por mais que a esfera geral da passividade esteja imbricada em si, não trataremos no presente artigo dessa dimensão passiva. Trataremos tanto da dimensão anterior a toda atividade egóica, quanto de qualquer tematização por parte da subjetividade, a saber: da esfera da passividade primária ou originária. A nossa consideração será, no entanto, bastante reduzida. Longe de pretender dar conta da complexidade dessa problemática, que envolve as sínteses passivas com suas leis de associação e afecção, nos limitaremos a tentar

desvelar o sentido dessas análises, na exata medida em que isso nos auxiliará a esclarecer o papel destas na metodologia fenomenológica.

Mostramos que a possibilidade de uma gênese do sentido se dava graças à consideração da subjetividade constituinte como também ela sendo constituída no tempo. Todos os atos egóicos e também seus correlatos de sentido mais primitivos eram acessíveis, na medida em que pertenciam à mesma e única unidade imanente de temporalidade. No entanto, trata-se agora, de uma esfera exterior à imanência monádica, a toda atividade. O mais óbvio aqui seria admitir, *à la* Kant, a absoluta descontinuidade entre a subjetividade transcendental e essa suposta passividade originária. Dessa forma, o sujeito instituidor de sentido seria apresentado como que estando pairando no ar. Vê-se logo que aceitar isso representaria uma traição ao próprio motor das análises constitutivas de apresentar o mundo no seu “como é possível”. Husserl terá, então, a necessidade de minimizar essa descontinuidade. Mas no ímpeto de fazê-lo, se poderia sucumbir a uma outra traição: introduzir a continuidade entre passividade e atividade através de uma gênese mundana como, por exemplo, uma gênese psicológica (dessa vez *à la* Hume). Assim, a gênese passiva fenomenológica deverá desviar-se de duas tentações. De um lado, a consideração da subjetividade constituinte como aparecimento sem qualquer pano de fundo de passividade, quase como um milagre. De outro, a *mundanização* da subjetividade transcendental, apelando a uma gênese psicológica ou antropológica. Como, então, deve Husserl proceder para não cair nessas duas armadilhas tradicionais da história da filosofia?

A melhor maneira para ele responder a essa questão recorrente consiste em mostrar em toda sua clareza como a esfera passiva já possui uma legalidade transcendental que, sendo distinta da legalidade formal das operações lógicas, não é, ela também, disso menos constituinte. (BÉGOUT, 2000, p. 119, trad. nossa)

Aí está a solução astuciosa de Husserl. A passividade pura recebe o caráter de transcendental, como possuindo uma legalidade a priori. Com isso, Husserl consegue se esquivar tanto do idealismo miraculoso quanto da gênese mundana, introduzindo o fio condutor da constituição transcendental entre as esferas passiva e ativa. Contudo, mais uma vez, a solução não deixa de trazer uma nova leva de problemas consigo, pois não é completamente digerível que a passividade originária seja constituinte, tal como era apresentada a subjetividade constituinte nas investigações estáticas, isto é, como instância última de doação e validade de sentido. Se for assim, os métodos estático e genético, que apresentávamos outrora numa solidariedade metodológica, são, na verdade, arquirrivais na batalha pelo título de fundamento último do conhecimento objetivo. Tentaremos defender aqui, no entanto, que talvez a constituição não queira dizer exatamente a mesma coisa em cada esfera, que o sentido em que a passividade originária fundamenta o conhecimento não seja exatamente o mesmo sentido da fundamentação objetiva desempenhada pelo sujeito ativo.

Para iniciar a discussão acerca dessa dupla fundamentação objetiva, realizada ora por um sujeito constituinte, ora por instâncias constituintes mais originárias em relação à própria atividade egóica, podemos já adiantar o caráter relativo da análise destas últimas.

O sentido dessas considerações [genéticas] é unicamente buscar esclarecer o caminho que é preciso seguir para chegar às evidências de grau superior, assim como os pressupostos escondidos sobre os quais elas repousam, pressupostos que determinam e limitam seu sentido (HUSSERL, 2011, p. 54, trad. nossa).

Esse caráter relativo não nos é inteiramente novo. Já havíamos assinalado que o desvelamento da problemática genética só pôde ser antevisto

por Husserl graças à fenomenologia estática. Todavia, o que estamos afirmando aqui é um pouco mais forte. Não é apenas que as análises da gênese passiva dependem de uma análise do já constituído para que se possa ver a possibilidade do empreendimento, e que, uma vez que isso fosse visto, essas análises representariam uma problemática própria e independente em relação ao ponto de vista do constituído. Pelo contrário, vemos agora que toda a análise genética da passividade, toda fundamentação originária só tem sentido enquanto possuindo uma teleologia que desembocará nas evidências superiores do já constituído. Assim, as análises da passividade só têm sua razão de ser, na medida em que mostram como que na própria esfera passiva há uma abertura para a atividade subjetiva. É apenas como fase preparatória que mostra o “como é possível” do ulterior, (“determinando e limitando” seu sentido) que o mais primitivo deve ser visto. Isso por um motivo que não é tão difícil de enxergar. A análise genética é sempre feita a partir de um mundo já instituído de sentido, portanto, é bastante compreensível que os termos resultantes dessas análises, realizadas através de uma “questão-em-retorno”, apareçam não como purezas que foram posteriormente dissimuladas de modo contingente, mas como possuindo em si mesmos toda a constituição ulterior em potência. Dito de outro modo, o originário não é considerado apenas como o anterior a toda apropriação subjetiva, mas também como deixando-se ser apropriado. Por conseguinte, esse retorno ao originário não é um ponto de chegada final, ele deve ser seguido de um retorno inverso. Como aponta Ricoeur, o retorno ao originário “não passa de um momento, de um grau intermediário de um retorno mais fundamental, o retorno à ciência como tal, à razão como tal, indo além de sua limitação no pensar objetivo” (RICOEUR, 2009, p. 343).

Não é possível, portanto, permanecer na esfera passiva sem que sejamos reenviados ao ponto constituído do qual partíramos, precisamente,

porque a passividade não pode constituir a objetividade no sentido estrito do termo. A esfera da passividade é sempre considerada em vistas de uma objetividade que será constituída pelo sujeito transcendental de uma vez por todas. E, no entanto, Husserl nos diz que a passividade, também ela, é constituinte! Como escapar dessa indecisão? Certamente, a passividade não será constituinte no mesmo sentido em que a atividade o é.

A pré-doação permanece incompleta do ponto de vista do sentido. Aquilo que produz a constituição passiva (a constituição no sentido fraco ou pré-constituição), é um simples campo de 'disponibilidades' para o eu, um fundo de motivações e de excitações objetais e significantes que o incitam a agir, a se determinar, isto é, a responder em e por sua efetuação ultimamente constituinte." (BÉGOUT, 2000, p. 356, trad. nossa).

Essa citação é bastante esclarecedora quanto à diferença entre a constituição passiva e a constituição ativa. Vemos que a passividade, de fato, constitui sentido, mas que se trata de uma constituição que permanece sempre incompleta. E será, justamente, essa incompletude, essa incapacidade da passividade de atestar a validade de sentido daquilo que ela mesma produz, que motivará a entrada em jogo da subjetividade. Esta é a única instância capaz de atestar como valendo última e definitivamente as unidades de sentido produzidas pela esfera passiva e não somente estas, mas também suas próprias produções semânticas que, embora sejam fundadas na passividade, constituem campos de objetividade inteiramente novos (como, por exemplo, o categorial). Resumindo, a constituição passiva é apenas produtora de sentido, enquanto a constituição ativa é produtora e também validadora.

Não há aqui, como alguma vez pode ter parecido, um conflito pela fundamentação última do sentido, pois, na verdade, somente à fundamentação ativa da subjetividade cabe essa pretensão, se se quer dizer com fundamentação o caráter de definitivamente válido para todos os tempos. No

entanto, essa decisão definitiva do sujeito pressupõe “qualquer-coisa” sobre a qual se deva decidir, uma unidade de sentido ainda em aberto que pede um fechamento. Nessa acepção de fundamentação, enquanto um solo sobre o qual se pode edificar a constituição plena da objetividade, o sujeito transcendental não pode ser o fundamento último, pois já pressupõe uma pré-constituição de sentido.

No fundo, essa equivocidade do fundamento repousa no duplo ponto de vista fenomenológico. No estático, que considera o mundo como plenamente acabado, como um ponto fechado e isolado de seu devir temporal; e no genético, que o considera em sua constituição no tempo, como destinado a um inacabamento indefinido. Essas duas vias da fenomenologia não são auto-excludentes, mas reenviam-se constantemente, em um jogo sempre presente na obra husserliana entre *arché* e *telos*.

CONCLUSÃO: O ZIGUEZAGUE METODOLÓGICO

Como assinala Derrida, a obra husserliana parece ser animada por um movimento de “*recul et d’avance*” (DERRIDA, 1990, p. 4). Esse movimento não é outro senão o da dupla direção, ora de acesso ao ultimamente constituído, ora de retorno às condições últimas sobre as quais esse acesso pode se dar. A experiência dessas vias diametralmente opostas pode suscitar, em uma leitura apressada da obra de Husserl, a impressão de que se trata de um filósofo quase esquizofrênico. E é mesmo notável ver como esse autor trabalha em campos extremos, podendo ser visto em *Ideias I* como um idealista atroz e, ao mesmo tempo, na *Crise das Ciências Europeias*, como que flertando com relativismo. Essas adjetivações não são senão resultado de uma leitura parcial da obra husserliana que perde a visão de conjunto conveniente para a

interpretação de um filósofo que sempre buscou dar a suas investigações o caráter rigoroso.

Nesse sentido, tentamos mostrar, em nossas breves considerações, como a metodologia fenomenológica de Husserl está imbricada em si. Como que os passos que, ao mesmo tempo, parecem romper com as investigações anteriores, são dados por necessidade abertas por essas mesmas investigações. Para isso, nos servimos principalmente das relações entre métodos estático e genético. Esperamos ter evidenciado como cada qual se volta para direções opostas e como eles representam problemáticas distintas, mas que, apesar disso, só possuem o seu sentido pleno quando postos um ao lado do outro.

O método estático ao adentrar nos problemas constitutivos se mostra insuficiente quanto sua pretensão filosófica de mostrar a objetividade no seu “como é possível”, abrindo, então, o campo de investigação genética. A fenomenologia da gênese estará sempre à serviço do *telos* desvelado pela fenomenologia estática (já que somente esta pode antecipar o plenamente realizado), a investigação genética na sua busca pela origem terá, paradoxalmente, sempre no seu horizonte uma teleologia, pois da mesma forma que *telos* sem *anhé* não tem fundamento, *anhé* sem *telos* não tem sentido.

É preciso, então, para não enxergar uma esquizofrenia no método husserliano, adotar o ponto de vista que o próprio Husserl adotava: o “zig-zague” metodológico.

Estamos, então, numa espécie de círculo. A compreensão do início só pode ser alcançada por inteiro a partir da ciência dada na sua figura hodierna, no olhar retrospectivo para o seu desenvolvimento. Mas, sem uma compreensão do início, este desenvolvimento, como desenvolvimento do sentido é mudo. Não nos resta senão o seguinte: temos de avançar e retroceder em “zig-zague”; num jogo recíproco, um tem de ajudar o outro.” (HUSSERL, 2012, p. 46).

Esse “zig-zague” nos dá a chave para a compreensão do jogo operante entre *anhé* e *telos*, no seu reenvio recíproco. Compreendemos,

assim, que a constituição da objetividade se dá de modo ambivalente. Ambas as fundamentações, genética e estática, são uma em relação à outra, ao mesmo tempo, condicionada e condicionante. Não há uma hierarquia entre os pontos de vista. Não é permitido à fenomenologia husserliana reduzir um ao outro, sob o risco de se cair, seja numa gênese desgovernada seja no caráter miraculoso de um mundo edificado nas nuvens. Não é lícita a hipertrofia nem do originário, nem do acabado. É necessário encontrar a justa medida que, aqui, equivalerá à aceitação do caráter circular do fundamento, de sua ambivalência irreduzível, com que o fenomenólogo deverá operar em um ziguezague constante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BÉGOUT, B. *La Généalogie de la Logique: Husserl, l'antéprédicatif et le catégorial*. 2. ed. Paris: Vrin, 2000.
- DASTUR, F. *Husserl: Des Mathématiques à L'histoire*. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.
- DERRIDA, J. *Le Problème de la Genèse dans la Philosophie de Husserl*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.
- HUSSERL, E. *Analyses Concerning Passive and Active Synthesis: Lectures on transcendental logic*. Netherlands: Springer, 2001.
- _____. *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- _____. *De la Synthèse Passive*. Grenoble: Jérôme Millon, 1998.
- _____. *A Filosofia como Ciência de Rigor*. 4. ed. Coimbra: Atlântida, 1952.
- _____. *A Ideia da Fenomenologia*. A ideia da fenomenologia. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1990.
- _____. *Ideias para uma Fenomenologia Pura e para uma Filosofia Fenomenológica*. 3. ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.
- _____. *Investigações Lógicas. Segundo Volume. Parte II*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2007.
- _____. *L'origine de la géométrie*. 5. ed. Paris: Presses universitaires de France, 1962.
- _____; LANDGREBE, L. *Expérience et Jugement: Recherches en vue d'une Généalogie de la Logique*. 4. ed. Paris: Presses universitaires de France, 2011.
- MURALT, A. *A Metafísica do Fenômeno*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- RICOEUR, P. *Na Escola da Fenomenologia*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- STEINBOCK, A. "Husserl's Static and Genetic Phenomenology?". in: *Continental Philosophy Review*. vol.31. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, p. 127-152, 1998.